Indústria, desindustrialização e território[1]

Lisandra Pereira Lamoso

lisandralamoso@ufgd.edu.br

Resumo

Desindustrialização e reprimarização são conceitos em construção e nesse processo é possível discutir qual contribuição os mesmos podem trazer para a compreensão do uso do território. O objetivo geral deste texto é apresentar alguns aportes das Ciências Econômicas sobre o papel da indústria no processo de desenvolvimento econômico, enfatizando a discussão de Tregenna, que opta por resgatar a contribuição marxista da mais-valia para a interpretação da desindustrialização. Como estudo de caso, apresentamos um ensaio sobre a condição do Mato Grosso do Sul, trazendo elementos para a reflexão sobre a heterogeneidade dos fenômenos e suas repercussões.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento econômico, indústria, comércio exterior, doença holandesa, *commodity*.

1 Pesquisa realizada com apoio financeiro do CNPq e da Fundect.

Introdução

A indústria, ao realizar a transformação da matéria-prima em bens de consumo ou de produção, é expressão da relação de apropriação da natureza pela sociedade. Pesquisá-la nos permite compreender o estágio da incorporação da técnica, as relações sociais de produção e seu papel nos processos mais amplos de industrialização e urbanização. Há, também, corrente de pensamento que a ela confere certo protagonismo no processo de desenvolvimento econômico, pela característica inerente que possui de exigir constante progresso técnico.

Para efeito de levantamento de dados, a indústria está classificada em indústria manufatureira ou de transformação e indústria extrativa. A extrativa comporta atividades como extração de carvão mineral, petróleo e gás natural, minerais metálicos e atividades de apoio à extração. A indústria manufatureira, as demais atividades[2]. Neste texto, a palavra indústria fará referência sempre à indústria manufatureira.

Nessa introdução, apresentaremos o conceito de desenvolvimento econômico para contextualizarmos o papel da indústria neste processo. Em seguida fazemos uma breve discussão conceitual sobre reprimarização, doença holandesa e desindustrialização, na ótica de vários autores, com destaque para a contribuição de Tregenna (2013), que nos apresenta uma leitura marxista sobre o fenômeno da desindustrialização. Encerramos com um breve ensaio que se esforça para internalizar esses conceitos na leitura do território, desafio que acreditamos termos apenas iniciado, frente ao esforço coletivo e multidisciplinar que dele deve fazer parte.

O processo de desenvolvimento econômico, com todo seu dinamismo e complexidade, impõe a necessidade de contínuas elaborações teóricas para sua compreensão. No Brasil, mais recentemente, dois termos têm comparecido com a pretensão de explicar as transformações na indústria e a crescente participação dos produtos primários na pauta de exportações: são eles "desindustrialização" e

2 Fabricação de bebidas; produtos do fumo; têxteis, artigos de vestuário e acessórios; preparação de couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; impressão e reprodução de gravações; coque, produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; produtos químicos; produtos farmoquímicos e farmacêuticos; produtos de borracha e de material plástico; produtos de minerais não-metálicos; metalurgia; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; máquinas e equipamentos; veículos automotores, reboques e carrocerias; fabricação de outros equipamentos de transporte; móveis; produtos diversos; manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; fabricação de produtos de madeira; de celulose, papel e produtos de papel.

"reprimarização".

Há um domínio das Ciências Econômicas na construção do discurso analítico, legitimado pelos números que os modelos estatísticos constroem. Os dados conferem "legitimidade" à tese que se propõe defender, não sendo absolutos em "verdade", posto que fazem parte da opção metodológica/política de seus autores. Nossa observação é inspirada no provocativo comentário do economista Antonio Delfim Netto, que, quando perguntado se a Economia era uma ciência ou uma arte, respondeu:

> Eu acho que ela tem muita arte. Certamente, pretende-se que a aproximação do problema seja científica. O que chama de aproximação científica? Uma aproximação em que eu tenho uma intuição da realidade e extraio alguns elementos que considero fundamentais. Como a realidade em si é muito complexa, construo um modelinho fora dessa realidade e, para minha surpresa, o tal modelinho reproduz alguns resultados que a realidade tem. Então, o que imagino? Que aquilo explica toda a realidade (BIDERMAN *et al.*, 1996, p. 99).

Com a intenção de sermos didáticos e ao mesmo tempo, quase inevitavelmente, simplificadores na síntese, apresentamos alguns pontos de partida; o primeiro é o que se entende por "desenvolvimento econômico". Isso se faz necessário porque tanto a reprimarização quanto a desindustrialização dizem respeito ao papel que a indústria de transformação assume no processo de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico ocorre em função de transformações de ordem econômica, social e cultural, permeadas por uma especialização produtiva que deriva da maior divisão social do trabalho. Possui estreita relação com o aumento da produção de riqueza[3] e com o funcionamento do mercado.

Roberto Campos, conhecido pela opção liberal que defendia, ao ser indagado sobre sua concepção de desenvolvimento econômico, respondeu:

Eu distinguiria crescimento de desenvolvimento. Crescimento é conceito quantitativo, cuja melhor medida é a elevação do PIB *per capita*. Hoje há algumas qualificações, como o índice de desenvolvimento humano (IDH), que leva em consideração fatores sociais, e a contabilidade ecológica, que pode ser um fator redutor do PIB na medida em que leva em consideração depredações e agressões ecológicas. Melhoramentos ecológicos naturalmente exerceriam ação positiva. Já o

3 Não estamos desconsiderando as questões decorrentes desse processo, como a principal delas, a da distribuição da riqueza. O objetivo é entender como o conceito de desindustrialização será construído em uma perspectiva heterodoxa.

conceito de desenvolvimento implica transformações mais amplas, de natureza institucional, cultural e social. Aí já se incluiriam conceitos como sustentabilidade, estabilidade, viabilidade ecológica, distribuição de renda etc.(BIDERMAN, e*t al.*, 1996, p. 43-44).

Fiel ao estilo "Roberto Campos", é uma definição bastante difundida, inclusive por ser atenta à questão ambiental e ter ficado famosa pela distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico, distinção que sempre esteve no foco dos engajados com a questão social, como se a mesma pudesse ter alguma desvinculação do processo de produção e reprodução material dessa mesma sociedade.

Outro economista, Ignácio Rangel, produziu trabalho de referência sobre o desenvolvimento econômico brasileiro[4], do qual extraímos a seguinte passagem:

Não é fácil e pacífica a caracterização do processo do desenvolvimento econômico. Trata-se, como em todo fato histórico, de processo extremamente complexo, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica da produção. Paralelamente, muda também a cultura, isto é, a ideia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive (RANGEL, 1982, p. 15).

A análise rangeliana, em poucas palavras, busca abarcar a totalidade das manifestações de tão complexo processo.

Outra síntese sobre o processo de desenvolvimento econômico extraímos de Cano (2012, p. 831):

> Desenvolvimento é o resultado de um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas do país. Ademais, também se alterarão e modernizarão hábitos e costumes da sociedade.

O ponto de contato das definições é a preocupação com a totalidade, com transformações amplas de natureza institucional, cultural e social.

No curso do desenvolvimento econômico, há uma corrente (predominantemente estruturalista) que confere protagonismo ao setor industrial

4 A referência é de 1992, mas trata-se de reflexões produzidas entre 1955 e 1957, organizadas para publicação.

ao considerá-lo, dentre os setores da economia, o mais dinâmico, com maior potencial de difundir inovações, acelerar os ganhos de produtividade e impactar, com isso, o aumento da renda *per capita*.

A divisão social do trabalho implícita pressupõe a transferência de mão de obra do complexo rural[5] para a indústria, como parte do curso tradicional do desenvolvimento econômico. À medida que a indústria aumenta sua produção, também provoca o transbordamento de atividades que serão executadas no setor de serviços. Da mesma forma, a modernização do campo e o processo de urbanização também aumentam a procura por serviços cada vez mais especializados.

Os setores primário e secundário respondem a um aumento de produtividade, embora este não baste para explicar o processo de desenvolvimento Segundo Rangel (1982, p. 41), "o aumento da produtividade não basta para explicar o processo de desenvolvimento. Este é consequência de certas transformações operadas no modo social de produção mas só contemporaneamente começamos a buscar de modo deliberado", pela via do planejamento econômico.

A importância que a indústria tem no processo de desenvolvimento econômico estimula a observação sobre qualquer alteração no curso do processo de modernização, elevação da produtividade, crescimento do setor de serviços. Por isso, a redução da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) tem feito parte de uma pauta (nem tão recente) na literatura econômica. Se consideramos que o desenvolvimento econômico pressupõe que a indústria se torne cada vez mais capital-intensiva, aumentando sua produtividade e liberando mão de obra para o setor de serviços, até que ponto isso é considerado negativo? Seria esse processo parte da desindustrialização? Não podemos afirmar que haja um consenso, mas diversas formas de conceituar desindustrialização estão em uso. O que nos parece é haver relativo consenso de que o fenômeno tem ocorrido tanto em países desenvolvidos quanto em vias de desenvolvimento, não se tratando de uma etapa.

Após essa introdução, abordaremos nos próximos itens os conceitos de reprimarização e desindustrialização. Na última parte deste texto, ensaiamos algumas reflexões sobre a contribuição desses termos na leitura do território, tomando uma unidade da federação como estudo de caso, o Mato Grosso do Sul.

Reprimarização e doença holandesa

O fenômeno conhecido como doença holandesa também está associado a

5 O complexo rural é mais amplo que apenas as atividades agrícolas, pois envolve o conjunto de todas as atividades às quais se dedica o campesinato, num contexto de baixa divisão social do trabalho. Para detalhes, cf. Rangel (1982).

expressões como “maldição dos recursos naturais”, “paradoxo da abundância”, “problema de Midas”. Há uma associação da fartura de recursos naturais a um processo negativo. Segundo Andrioli (2010)[6], o termo “maldição dos recursos naturais” foi cunhado por Richard M. Auty em seu artigo “Sustaining development in mineral economies: the resource curse thesis”, de 1993.

O termo busca explicar por que países que contam com abundância de recursos naturais mesmo assim apresentariam problemas no crescimento econômico e na distribuição da riqueza, com índices sociais inferiores às economias menos dotadas. Na teoria econômica aparece mais frequentemente a denominação “Dutch disease”, como uma referência ao fenômeno ocorrido nos Países Baixos (Holanda) na década de 1960, quando foram descobertas reservas de gás natural. As exportações dessa *commodity* resultaram em um aumento da renda e ao mesmo tempo na apreciação da moeda nacional, o florim holandês, em função da entrada de divisas externas, o que tornou as exportações dos demais produtos manufaturados pouco competitivas, acarretando problemas para seu processo de industrialização.

Em 2005, em artigo publicado com o provocativo título de “Maldição dos recursos naturais”[7], Bresser-Pereira afirmou que a doença holandesa resultava da apreciação artificial do câmbio em consequência do baixo custo de produtos exportados que utilizam recursos naturais baratos. Em contrapartida, os autores Nakahodo e Jank (2006), após extenso tratamento de dados, que analisa a questão até 2005, são categóricos em contrariar a tese de que a economia brasileira passa por um processo de reprimarização. Os autores elencam todos os fatores que contribuíram para o aumento da produção de *commodities* e seu aumento na pauta de exportações nacional.[8]

Para os nossos propósitos, a principal contribuição dos autores está na passagem a seguir:

> Não é difícil constatar que exportar soja, carnes ou suco de laranja é uma atividade tecnologicamente muito mais complexa do que extrair petróleo ou minério de ferro do subsolo. Para exportar *commodities* agropecuárias e agroindustriais é necessário mover uma complexa engrenagem de indústrias correlatas e prestadores de serviços de suporte: melhoramento genético, fertilizantes, agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas, rações, medicamentos veterinários, armazéns, caminhões, trens, estradas, transporte fluvial

6 Para um histórico detalhado da definição de doença holandesa, cf. Andrioli (2010).

7 Folha de São Paulo. São Paulo, 6 jun. 2005.

8 Cf. Nakahodo e Jank (2006).

> e outros segmentos. Não se pode comparar a natureza tecnológica do complexo agroindustrial de hoje, altamente intensivo em capital e tecnologia, com o modelo intensivo em trabalho que dominava os ciclos do açúcar em Pernambuco, da borracha na Amazônia, do ouro e diamantes em Minas e do café no interior de São Paulo (NAKAHODO; JANK, 2006, p. 15).

Considerando a citação, podemos refletir sobre o dinamismo e a densidade material instalada nos territórios dominados pelas *commodities*. As novas áreas de expansão da produção de grãos[9], bem como especializações produtivas agrícolas (por exemplo, regiões produtoras de café em Minas Gerais), reestruturação produtiva (por exemplo, expansão do eucalipto no nordeste de Mato Grosso do Sul, expansão do cultivo da cana em áreas do Cerrado tradicionalmente ocupadas por grãos), esse conjunto de espaços produtores primários passam por intensa modernização técnica e transformações nas relações de produção. O mercado de trabalho busca por profissionais com qualificação, intensifica a procura por serviços e toda a complexidade do processo de urbanização funciona como vetor da integração desses espaços ao circuito produtivo global. Essa é a dimensão geográfica da reprimatização no território.

Desindustrialização

Segundo Rowthorn e Ramaswany (1999), trata-se do fenômeno caracterizado pela diminuição do emprego no setor manufatureiro, quando comparado com a participação nos demais setores, inclusive o de serviços. A desindustrialização pode ser um fenômeno positivo ou negativo. Desindustrialização positiva é definida como o resultado normal do crescimento econômico sustentado em um pleno emprego, numa economia muito desenvolvida. Isso ocorre porque o crescimento da produtividade no setor manufatureiro é tão rápido que, apesar de seguir aumentando, o emprego nesse setor é reduzido, quer em termos absolutos ou em percentagem do emprego total. No entanto, isso não leva ao desemprego, porque os novos postos de trabalho são criados no setor de serviços em escala suficiente para absorver todos os trabalhadores deslocados da manufatura. Esse tipo de desindustrialização não só é positiva como pode representar sintoma de sucesso econômico. Por sua vez, a desindustrialização negativa ocorre quando o trabalho liberado pela indústria manufatureira, seja pela extinção do emprego, seja pelo aumento da produtividade, não tem uma relativa correspondência de empregos criados pelo setor de serviços e o desemprego aumenta.

9 Referimo-nos ao polígono conhecido como Mapito (sul do Paranhão, Piauí e Tocantins) e a áreas de cerrado no oeste baiano.

Os serviços, por ainda gozarem de baixa produtividade, são o setor no qual a mão de obra ainda tem dificuldade para ser substituída por processos automatizados e, por isso, os níveis de incremento da produtividade do trabalho são inferiores aos apresentados pelo setor industrial.

Os países desenvolvidos sofrem a concorrência dos produtos importados fabricados com menor custo de mão de obra provenientes dos países em desenvolvimento (intensivos tanto em trabalho quanto em recursos naturais) e isso exerce um efeito marginal na queda da participação do emprego no setor manufatureiro. Saeger (1997) *apud* Tregenna (2013, p. 4) encontrou evidências de que as importações que os países desenvolvidos realizaram do sul (em desenvolvimento) contribuíram para a redução do emprego industrial em 23 países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) entre 1970 e 1990.

Quando isso ocorre, os países desenvolvidos tendem a se especializar em produtos intensivos em capital (ou em alta tecnologia) e a exportar empregos de baixos salários e processos menos capital-intensivos para países periféricos ou para as matrizes das indústrias sediadas em seu território (NASSIF, 2008). Por isso, a desindustrialização não é entendida, necessariamente, como um processo indesejável para economias que exportam maior valor agregado. Seria um curso natural do dinamismo de economias avançadas.

Rowthorn e Coutts (2004) também consideram que a desindustrialização pode ser resultado de uma combinação de fatores, entre os quais estariam em curso: forte terceirização de atividades para prestadores de serviços; maior produtividade nos serviços, como fator de redução do emprego relativo na indústria; e as trocas comerciais internacionais seriam responsáveis pela redução do emprego industrial nas economias avançadas e por uma queda na taxa de investimento, ao ponto de afetar de forma significativa a produção manufatureira.

É do Reino Unido outra contribuição sobre o tema. Tregenna (2013) sugere que a desindustrialização seja definida como um declínio sustentável da participação do emprego na indústria e da participação da indústria no PIB. É mais abrangente porque incorpora as mudanças que podem ocorrer no crescimento da produção de valor agregado, da intensidade do trabalho na produção industrial e do peso da indústria no PIB, que decorre de maior ou menor crescimento econômico.

A principal análise da autora centra-se no resgate da contribuição marxista,

ao afirmar que para Marx os setores[10] não são categorias de análise e, portanto, seriam limitadas as interpretações sobre desindustrialização que os considerassem como tal. A análise marxista não adota setores, mas sim a produção ou não de mais-valia pela atividade. A autora trabalha no sentido de compreender o que esses "setores" efetivamente representam e reelabora seu significado utilizando as ferramentas marxistas.

A mais-valia é produzida em algumas, mas não em todas as atividades. A caracterização e a tipologia dessas atividades estão relacionadas a sua localização no circuito do capital. A classificação marxista é feita nos Departamentos I e II — respectivamente, bens de produção e bens de consumo —, diferente da separação em setores. Há uma gama de trabalho não assalariado que pode participar da produção de mercadorias. Rangel (1982), fiel aos princípios marxistas, já havia assinalado o conjunto de trabalho produzido no complexo rural formado pela mão de obra não remunerada — por exemplo, os serviços domésticos.

Essa mudança de enfoque traz resultados ainda mais complexos na interpretação do papel da indústria no processo de desenvolvimento econômico. A autora divide a desindustrialização em dois modos, I e II. No Modo II a indústria perde participação (menor participação do emprego industrial e menor participação da indústria no PIB) para as demais atividades que são produtoras de mais-valia, representadas pela mineração, pela agropecuária e pelos serviços. Pode ocorrer concomitantemente pleno emprego, bem como elevação da renda. Esse Modo II nos parece concordar com a afirmação de que "a cadeia de valor da indústria de transformação vai além do que é apontado pelo seu tamanho no PIB ou no emprego industrial do país" (BARROS; PEREIRA, 2008, p. 300).

O Modo I de desindustrialização é definido pela redução da participação do emprego na indústria, proporcionalmente ao aumento da participação dos setores primário e terciário, que não produzem mais-valia. Entre os não produtores de mais-valia estão as atividades que se desenvolvem em modos de produção diferentes do capitalismo, tais como escravidão ou feudalismo; ou por atividades que não estão baseadas no mercado, nos quais bens e serviços não são produzidos para troca. Isso inclui bens e serviços produzidos para uso próprio, trabalho doméstico e serviços públicos, embora possam ter uma expressão muito pequena em economias de mercado mais avançadas.

10 Setor primário - fornece matéria-prima para a indústria de transformação (agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça); setor secundário - produtos industrializados; setor terciário - comércio e serviços (comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de alimentação, de limpeza, de transporte, serviços bancários, administrativos entre outros).

Entre as atividades não produtoras de mais-valia do setor primário podem constar fazendas estatais ou produção mineral, mais tipicamente produzidas em garimpos rudimentares, o que também é bastante residual nas economias desenvolvidas. Quanto a serviços, estão incluídos serviços públicos prestados sem fins lucrativos, serviços pessoais de toda ordem, serviços domésticos não remunerados, agricultura de subsistência, serviços financeiros, entre outros (ver Figura 1).

Figura 1. Dois Modos de desindustrialização.

<table>
<tr><td>Setor
Tipo</td><td>(Secundário)
Industrialização</td><td>(Primário)
Extrativa mineral
e agropecuária</td><td>(Terciário)
Serviços</td></tr>
<tr><td>Que produzem
mais-valia</td><td colspan="3">MODO II DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO
Deslocamento da indústria em direção a outras atividades
produtoras de mais-valia</td></tr>
<tr><td>Que não produzem
mais-valia</td><td></td><td colspan="2">MODO I DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO
Deslocamento da indústria para
atividades não produtoras de mais-valia</td></tr>
</table>

Fonte: adaptado de Tregenna (2013).

Segundo Tregenna (2013), o incremento dos serviços financeiros observado nos Estados Unidos corresponde ao crescimento da importância do setor financeiro na economia. Suíça e Hong Kong são exemplos de países que têm experimentado o Modo I de desindustrialização. Na composição de suas economias, afastou-se o predomínio da indústria para os serviços financeiros (TREGENNA, 2013). Também podem ocorrer casos nos quais a produção industrial é realocada para países que apresentam custos de produção mais competitivos, enquanto as estratégias de comércio e o suporte financeiro ficam no país de origem. Por exemplo, empresas que fabricariam na Indonésia e deixariam o lado financeiro, de planejamento estratégico e comercialização, sediado nos Estados Unidos. Mesmo nesse caso aparentemente desfavorável para a Indonésia, por hipótese, o que Tregenna (2013) avalia é mais complexo.

O financiamento pode aumentar a escala de produção através da concessão de crédito para a indústria ou mesmo permitir o aumento na velocidade da circulação da mercadoria, o que compensaria a queda na participação da retenção

da mais-valia, não prejudicando o processo de acumulação e crescimento.

Por outro lado, o país responsável pelos serviços financeiros que tenha perdido sua produção industrial mas a financia no exterior pode se apropriar pela via financeira das taxas e retornos, a ponto de equilibrar o balanço de trocas serviços financeiros x produtos importados.

O Modo II de desindustrialização se refere ao declínio da participação da indústria em relação à participação de atividades produtoras de mais-valia, principalmente atividades primárias (mineração e agropecuária), que poderia ser um tipo de doença holandesa. Mas mesmo nesse caso, Tregenna (2013) observa que os resultados negativos podem ser relativizados. A autora cita o caso no qual uma atividade industrial com baixo nível de especialização, limitados retornos de escala, pequena margem para *learning by doing* e baixo nível de incorporação tecnológica fosse substituída por uma atividade de serviços com as características opostas, o que poderia resultar em implicações para a acumulação e o crescimento inversas ao previsto. Mesmo assim, estariam limitados progressivos acúmulos de produtividade, afetando negativamente a taxa global da mais-valia ao longo do tempo e, portanto, a acumulação e o crescimento de longo prazo (TREGENNA, 2013).

A centralidade da explicação na produção de mais-valia está na relação entre acumulação e crescimento. A acumulação é fundamental para o crescimento marxista e a produção de mais-valia está no centro do processo de acumulação, sendo determinante para tal. Os aumentos na taxa de produção de mais-valia relativa estão relacionados à melhoria de produtividade e se reconhece ser a indústria um espaço privilegiado para se obter aumentos de produtividade. Qualquer problema nesse curso pode implicar em redução do crescimento.

No caso brasileiro, grosso modo, predominam duas correntes sobre o tema. Os defensores da existência de desindustrialização, entre os quais expoentes como Bresser-Pereira e Wilson Cano. Segundo Bresser-Pereira (2013, p. 11), "ninguém mais tem dúvida de que o Brasil passa por um processo grave de desindustrialização acompanhado de forte baixa da taxa de crescimento".

Uma corrente oposta se divide nas explicações que não admitem a desindustrialização no período pesquisado. Barros e Pereira (2008) defendem a tese de que a indústria passa por um processo de reestruturação. Os autores argumentam que o PIB industrial[11], no período de 1995 a 2007, apresentou a redução da indústria de transformação e da construção civil, enquanto serviços

11 O PIB industrial é composto por quatro atividades: 1) indústria de transformação; 2) construção civil; 3) serviços industriais de utilidade pública (como produção e distribuição de eletricidade, gás e água); e 4) extração mineral.

industriais de utilidade pública e extrativa mineral elevaram sua participação. Embora os dados estejam desatualizados, são indicativos de um processo heterogêneo, que comprova a reestruturação industrial, quantificada pela mudança relativa do peso de cada atividade no valor adicionado industrial.

Alguns trabalhos expandem o conceito para além do peso da indústria no PIB. Os autores Bonelli, Pessoa e Matos (2013) realizaram análise sobre o tema desindustrialização considerando "que uma economia apresenta desindustrialização se a participação da indústria no produto for sistematicamente menor do que a norma internacional". (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p. 67). Desse trabalho, a metodologia empregada para avaliar as mudanças ocorridas no interior da indústria na última década e meia concluiu que

> Um conjunto de atividades perdeu peso na estrutura industrial (especialmente as indústrias de vestuário e acessórios, couros e artefatos, inclusive calçados, produtos de madeira, produtos químicos, borracha, material plástico e produtos de metal exclusive máquinas e equipamentos). No extremo oposto, encontramos as indústrias de produtos farmacêuticos, máquinas e equipamentos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, outros equipamentos de transporte (que inclui aeronaves) e, com especial destaque pelo maior ganho percentual, a automobilística, em que todo ganho esteve concentrado entre 2013 e 2011 (de 9% para 14% do total da indústria) (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p. 69-70).

Embora não seja conclusão dos autores, a afirmação nos leva a considerar que ocorre mesmo um processo de reestruturação industrial. Barros e Pereira (2008), que defendem a tese de que a indústria nacional passou e continua passando por uma fase de reestruturação, afirmam:

> Nessa fase de reestruturação, a percepção do ponto de vista de algumas atividades industriais ou empresas é de ocorrência de um intenso choque adverso, que pode levá-las ao desaparecimento parcial ou completo. Ao mesmo tempo, outras atividades e empresas saltam para um patamar mais elevado do que o anterior, normalmente após terem incorrido em custos econômicos e sociais muitas vezes elevados, mas que resultam em ganhos de produtividade significativos, adaptando-as ao novo contexto global. Esses dois movimentos ocorrem simultaneamente, modificando a estrutura industrial do país (BARROS; PEREIRA, 2008, p. 328).

Em síntese, os autores afirmam que "a cadeia de valor da indústria de transformação vai além do que é apontado pelo seu tamanho no PIB ou no emprego industrial do país" (BARROS; PEREIRA, 2008, p. 300). A queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto é frequentemente associada ao fenômeno da

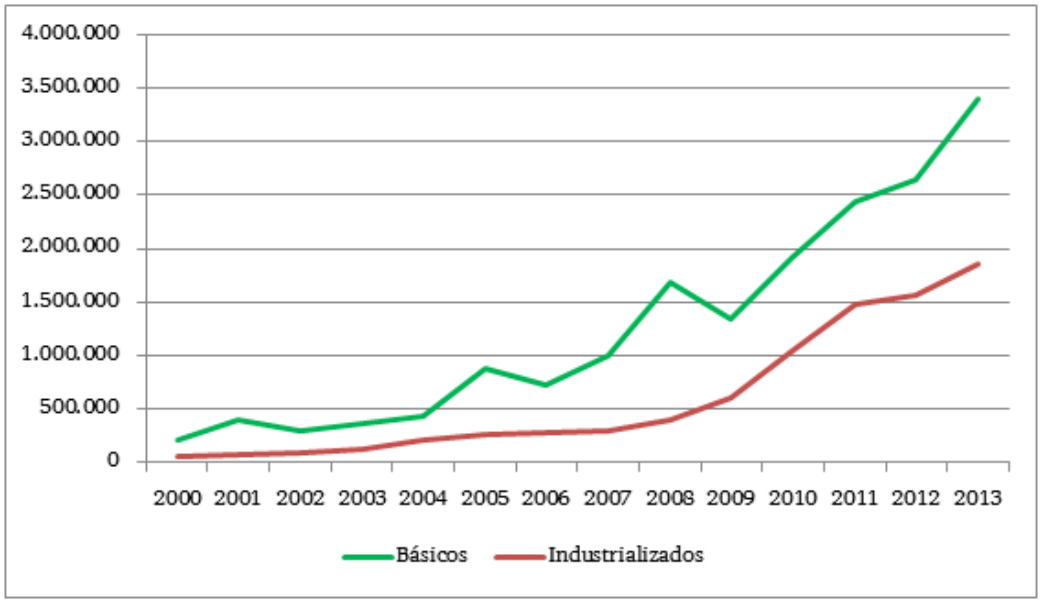
"reprimarização".

Ensaiando a discussão sobre Mato Grosso do Sul

Após este breve esboço sobre os conceitos em discussão, o desafio é qual contribuição extrair dos mesmos e o que acrescentam para compreendermos a materialidade e o dinamismo do território brasileiro. Na impossibilidade de extrapolarmos dados para a escala nacional, buscamos no Mato Grosso do Sul a empiria para alimentar a reflexão.

Primeiro ponto: os dados agregados para o conjunto da economia brasileira, quando espacializados, perdem o poder de explicação sobre o uso do território. No caso de Mato Grosso do Sul, trata-se de um fragmento do território nacional que não passa pelo processo de reprimarização porque não deixou de ser primário. Não deixou de ter sua produção e suas exportações baseadas na produção de produtos básicos, de menor valor agregado, embora a observação de Nakahodo e Jank (2006, *op cit.*) permaneça atual.

Figura 2. Exportações de Mato Grosso do Sul por fator agregado.



A Figura 2 apresenta a evolução das exportações de Mato Grosso do Sul por valor agregado, dividida em produtos básicos e industrializados (soma de semimanufaturados e manufaturados) de 2000 a 2013. A evolução dos básicos é contínua, com alguns picos em 2005 e 2008, motivados pelas exportações de minério de ferro. Os básicos não só têm liderado como aumentaram sua participação no total em relação aos exportados industrializados. Por outro lado, apesar disso, a produção industrial exportada também tem passado por um

aumento significativo, liderado pelo complexo celulose. A reprimarização enquanto fenômeno geográfico não é homogênea para o conjunto do território e se apresenta mista. Em áreas como a destacada, a produção primária pode ocorrer concomitante ao desenvolvimento da participação industrial, refletida nas exportações.

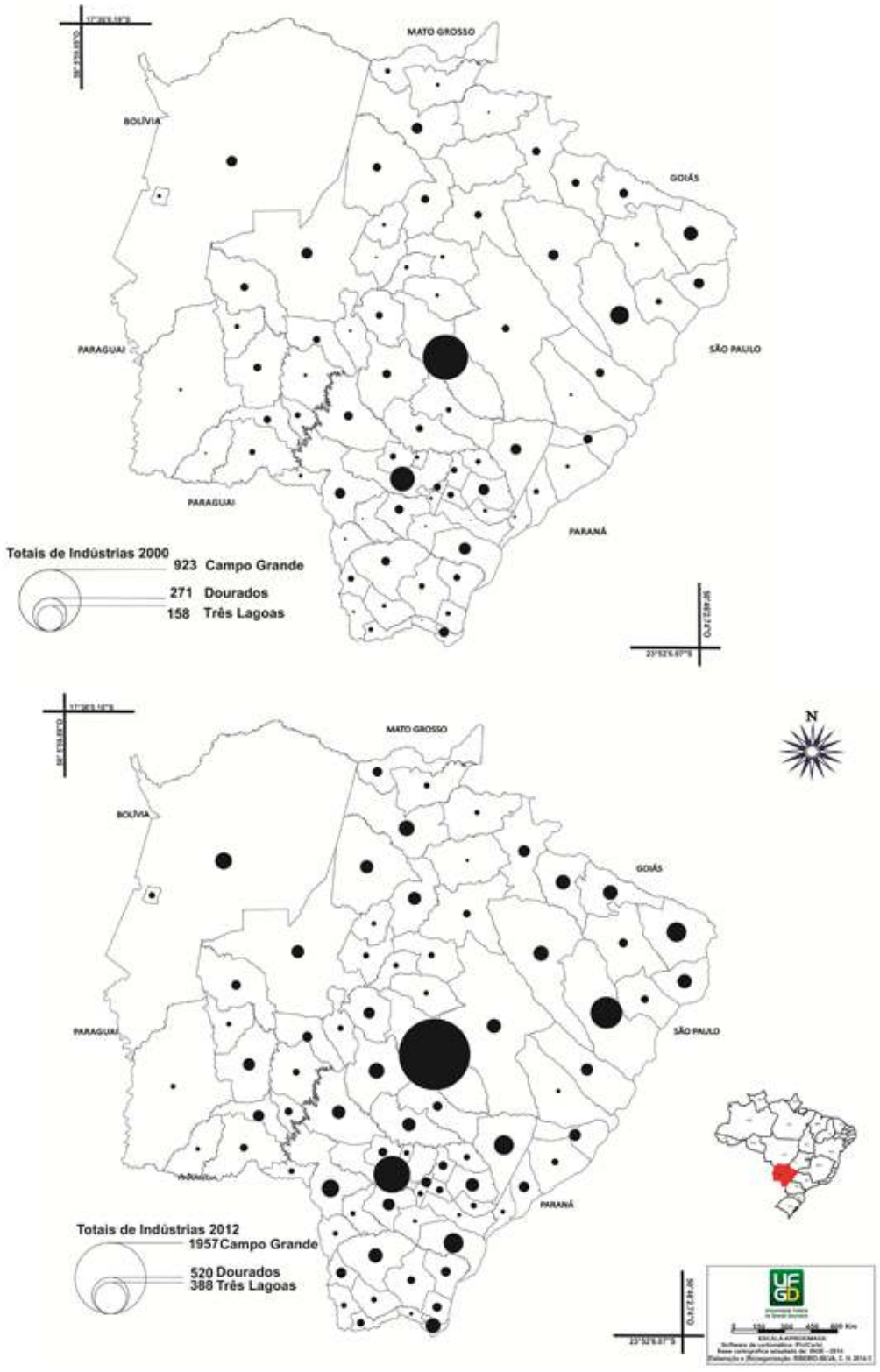
Sobre a desindustrialização, não se trata de adotar ou não a tese nos termos metodológicos que cada uma das correntes propõe. Em ocorrendo a desindustrialização, como preconizam os autores apresentados, há que se atentar para as condições de distribuição da classe trabalhadora. A concentração nas fábricas possibilita a sindicalização, o que teria dificuldade de ocorrer com a distribuição mais dispersa ou com a presença da terceirização.

O que admitimos, por princípio, é que a indústria passa por um processo de reestruturação, concordando com a tese de Barros e Giambiagi (2008) e Bonelli, Pessoa e Mattos (2013), porque os dados demonstram redução no peso industrial das atividades de vestuário e acessórios, couros e artefatos e outros citados pelos autores.

No território, a distribuição espacial aponta que as atividades que perdem peso em um estado têm sua rede presencial expandida em outros. Empresas paulistas e paranaenses têm transferido plantas para Mato Grosso do Sul em busca de incentivos fiscais. Na materialidade do território, o que os números apontam como desindustrialização tem um significado diferente do sentido de perda absoluta. As decisões de investimento se apropriam das heranças espaciais e históricas, buscam a produtividade espacial que se distribui de forma heterogênea. Concordando ou não com ela, a desindustrialização tem uma leitura que é dada pelo território e não apenas pelos números.

Trazemos o estudo de caso do Mato Grosso do Sul para ilustrar a reestruturação. No período de 2000 a 2012, houve um aumento na quantidade de unidades industriais instaladas no estado, com concentração na capital, Campo Grande, no nordeste do estado, próximo à divisa com e São Paulo e Goiás, bem como no centro-sul, polarizado por Dourados (ver Figura 3). O maior aumento das unidades ocorre nas atividades ligadas a máquinas e equipamentos, papel e celulose e têxtil.

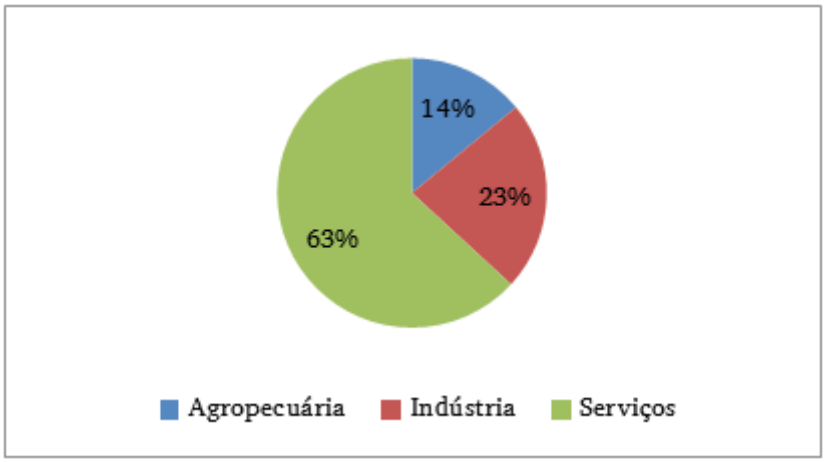
Figura 3. Mato Grosso do Sul - evolução da quantidade de unidades industriais (2000-2012).



Entre os anos de 2000 e 2012, máquinas e equipamentos passou de 11 para 126 (crescimento de 115 unidades); têxtil de 23 para 127 estabelecimentos (aumento de 104); e papel e celulose aumentou de 7 estabelecimentos para 52 (aumento de 45)[12].

Quanto à distribuição do Produto Interno Bruto por setor, em 2011, o setor primário (agropecuária) respondeu por 14%, o secundário (indústria) por 23% e o terciário (serviços) por 63%. (ver Figura 4). A participação apenas da indústria de transformação no PIB estadual[13] apresentou constante crescimento: subiu de 6% para 9% de 2007 para 2011, o que não evidencia um dos critérios para a desindustrialização do estado.

Figura 4. Mato Grosso do Sul - participação dos setores na composição do PIB em 2011.



Fonte: SEMAC/MS.

O aumento, de forma geral, representa maior densidade de bens de capital, demanda por força de trabalho qualificada, melhores condições de circulação material, estratégias logísticas, aumento da procura por equipamentos urbanos e serviços. Concomitantemente, ao gerar crescimento, gera desequilíbrio. Há problemas que resultam da quantidade e qualidade de serviços públicos de saúde e educação, mobilidade, oferta de moradia. Problemas que se tornam menos conflituosos se a disponibilidade de renda aumentar proporcionalmente ao custo das necessidades, o que é uma questão de distribuição e de como as relações sociais (de poder) reconstruirão essas novas bases. Essa discussão desemboca na retomada do projeto desenvolvimentista ou na reelaboração do mesmo, a título de

12 Dados obtidos na SEMAC/IBGE, segundo metodologia do CNAE 2.0. A autora agradece a colaboração de Cristovão Henrique Ribeiro e Fábio de Lima, com o levantamento dos dados e a elaboração do mapa.

13 O PIB do estado chegou a crescer mais que o dobro do nacional nos últimos anos.

neodesenvolvimentismo[14].

A reestruturação da indústria implica especializações territoriais produtivas que estabelecem novas racionalidades[15]. No centro-sul do estado expande-se a instalação do complexo sucroenergético, motivado pelas condições naturais e pelo custo mais baixo do arrendamento de terras quando comparado às áreas de cultivo tradicionais. No estado, destacam-se os municípios de Maracaju, Brasilândia, Rio Brilhante e Naviraí. A cana avança nas áreas de pastagens, enquanto a soja permanece apoiada na herança da rede de comercialização, financiamento e de *know how* acumulados pelos produtores.

No nordeste, Três Lagoas sedia a expansão da atividade da celulose com a presença das empresas Fibria (Votorantim/International Paper/Aracruz Celulose) e Eldorado (Grupo JBS), que também se instala por conta do custo do arrendamento da terra para o cultivo do eucalipto com incentivos creditícios federais, o que torna-se um tripé que associa base intensiva em recursos naturais, investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento) para aumento da produtividade e capital intensiva, para ampliação da escala de produção[16]. Esse tripé funciona como um ímã na atração de extensa rede de fornecedores e investimentos nos sistemas de engenharia.

No mercado de trabalho, embora nossa base de dados seja restrita a atividades produtoras de mais-valia, ou empregos formais declarados pela estatística do Ministério do Trabalho e Emprego, quanto tomamos o caso do município de Três Lagoas percebemos que, nos últimos anos, a criação de postos de trabalho foi liderada pela indústria de transformação, com 7.327 admissões para a ocupação de alimentador de linha de produção (ver Quadro 1).

14 Vários autores discutem as características de um neodesenvolvimentismo: Bastos (2012), Erber (2011), Mollo e Fonseca (2013), entre outros.

15 Partimos das contribuições de Santos (1996) e Santos e Silveira (2001).

16 Em 2013, Três Lagoas foi o maior município exportador em valor, com 1.158.823.675 US$FOB, frente à segunda colocação da capital Campo Grande, com 510.662.152 US$FOB, seguida por Corumbá (501.574.203 US$FOB) e Dourados (217.619.347 US$FOB), dados do MDIC.

Quadro 1. Três Lagoas - quadro de admissões (jan.D/2010 a jan./2014).

Ocupação	Salário médio	Qtd. de admissões
Alimentador de linha de produção	781,49	7.327
Trabalhador de extração florestal em geral	630,81	5.573
Servente de obras	878,94	5.120
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	1.180,01	3.685
Vendedor de comércio varejista	743,35	3.352
Auxiliar de escritório, em geral	845,85	2.823
Costureiro, máquinas na confecção em série	704,81	2.228
Pedreiro	1.159,90	2.181
Masseiro de massas alimentícias	664,71	2.004
Operador de caixa	737,79	1.918

Fonte: MTE (CAGED).

Os empregos industriais estão diretamente ligados à expansão do complexo celulose pelas empresas Fibria e Eldorado, que estão entre as maiores exportadoras do estado. Nesse sentido, há que se registrar o papel do comércio exterior no crescimento da indústria de transformação, bem como na demanda por novos tipos de serviços. O papel do comércio exterior também é um indicativo do dinamismo do território. Uma das passagens do trabalho de Santos e Silveira (2001) remete ao papel do mercado externo, quando os autores afirmam que

> O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver suas funções (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21-22).

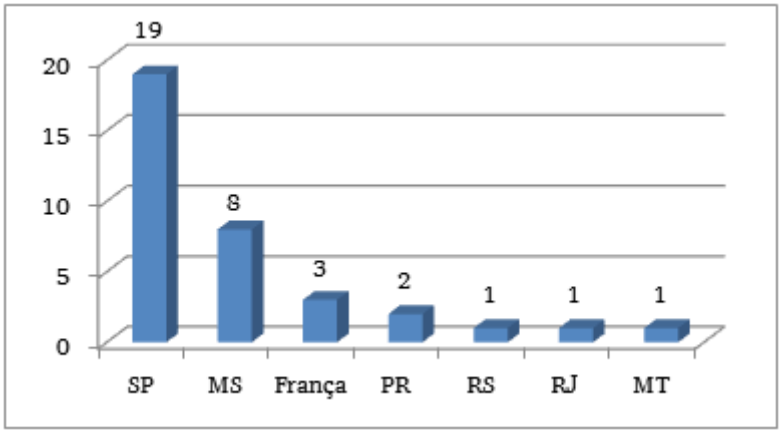
As exportações do estado tem apresentado crescimento constante motivado por dois vetores: a valorização das *commodities* nas quais o estado conta com boa produção (grãos, minério de ferro) e os investimentos de empresas internacionalizadas. Esse conjunto de fatores provocou a primeira concessão de rodovia na história do Mato Grosso do Sul, a BR-163, que passou em 2014 a ser administrada pelo Consórcio CCR, cujo leilão obteve a participação de grupos como Odebrechet, TransPort e Queiroz Galvão.

No ano de 2013, 80,3% do total do valor exportado pelo Mato Grosso do Sul foi realizado por empresas cuja sede está localizada fora do estado, principalmente em São Paulo, com 19 empresas (do total de 35 para o ano de 2013). Com sede no Mato Grosso do Sul são 8: 4 usinas de cana, 2 processadores de couro, 1

agroindústria de aves e 1 frigorífico de abate bovino (ver Figura 5).

A localização da matriz é também parte da explicação do processo de desenvolvimento. As determinações sobre investimento, negociações salariais, estratégias locacionais e logísticas, a drenagem da renda pela via financeira obedecem ao poder de mando exógeno, lembrando Santos e Silveira (2001, p. 22) — "o resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer".

Figura 5. Mato Grosso do Sul - sede das empresas exportadoras em 2013.



Fonte: MDIC

Considerações finais

Conceitos como desindustrialização e reprimarização são preliminares; muito há que trilhar para que sejam mais próximos da capacidade de explicação, vide as divergências quanto a metodologia e interpretação. A maior dificuldade não é na quantidade de variáveis que podem ser consideradas, mas quanto à diversidade de formações socioespaciais dos diferentes países. Um mesmo fenômeno de desindustrialização pode representar resultados diferentes quando ocorre em territórios diferentes, pois cada país tem uma capacidade de resposta aos desafios que lhe são postos pelo curso do desenvolvimento econômico.

Destacamos a contribuição de Tregenna (2009, 2013) como aquela que mais se aproxima dos interesses da Geografia, porque busca a explicação no arcabouço marxista (mais-valia) e não nas diferenças setoriais, embora reconheçamos a dificuldade de conferir certo grau de experimentação a essa metodologia, pois a estatística é apresentada nos padrões de tal racionalidade que a interpretação dos fenômenos deve mesmo guardar certo grau de abstração.

O que o breve ensaio sobre Mato Grosso do Sul nos apresenta, que pode ser replicado em estudos para outras áreas, é o comportamento híbrido de manutenção do peso das atividades do setor primário como elemento de inserção internacional,

via comércio exterior, e ao mesmo tempo a ampliação de seu parque industrial, com crescente aumento da participação da indústria de transformação no PIB estadual.

O território não se reestrutura em função da reprimarização, do retorno à produção de bens primários em prejuízo dos industrializados, porque nunca deixou de ser predominantemente primário. Ainda têm peso as suas exportações de *commodities* (grãos e minério de ferro), enquanto a base industrial se amplia no nordeste do estado, baseada no preço do arrendamento da terra e na disponibilidade de recursos e investimentos de grupos internacionalizados (ADM, Bunge, Cargil, Louis Dreiffus, JBS, Fibria, Eldorado, Marfrig,Vale, entre outros).

A expansão da base industrial traz em seu bojo o aumento da densidade nos sistemas de engenharia, cujo exemplo tomado foi a primeira concessão de rodovia (BR-163), que corta o estado de norte a sul.

Tem-se uma agenda de pesquisa em curso, ainda muito preliminar, cujo objetivo apenas foi esboçado nos limites deste texto e que deve caminhar para a discussão do quanto a expansão industrial vai representar para a agregação de valor às matérias-primas produzidas no estado, quais serão as estratégias logísticas dos grupos exportadores, quais ganhos sociais serão possíveis no âmbito do fortalecimento do agronegócio e da condição de, ao menos temporariamente, ser uma "região do fazer" e não "região do mandar".

Referências

ANDRIOLI, Vitor Meneghel. *Maldição dos recursos naturais e exploração da camada pré-sal:* ponto de decisão para o desenvolvimento brasileiro. 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas de Desenvolvimento, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BARROS, Octavio de; PEREIRA, Robson Rodrigues. Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais. In: BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fábio (orga.). *Brasil Globalizado.* Rio de Janeiro: Campus, 2008. p. 299-330.

BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fábio (orga.). *Brasil Globalizado.* Rio de Janeiro: Campus, 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e sociedade,* Campinas, v. 21, p.779-810, 2012. Número especial.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Márcio. *Conversa com economistas brasileiros.* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

BONELLI, Regis; PESSOA, Samuel; MATOS, Silvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. In: BACHA, Edmar; BAUMGARTEM, Monica (orgs.). *O futuro da indústria no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 45-79.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Maldição dos recursos naturais. *Folha de São Paulo.* São Paulo, 6 jun. 2005. Opinião Econômica, p. 3-3. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0606200505.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade,* Campinas, v. 21, p. 831-851, 2012.

ERBER, Fábio. As convenções de desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política,* Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p.31-55, 2011.

NAKAHODO, Sidiney; JANK, Marcos. A falácia da doença holandesa. *Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais,* São Paulo, p. 2-24, mar. 2006. Disponível em: <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/Doenca HOLANDESA FINAL 6MAR - final-27032006.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2014.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política,* São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, mar. 2008. Bimestral.

RANGEL, Ignácio. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ROWTHORN, Robert; COUTTS, Ken. Comentary: deindustrialization and the balance of payments in advanced economies. *Cambridge Journal of Economics,* Cambridge, v. 28, n. 5, p. 767-790, 2004.

ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana. Growth, trade and deindustrialisation. *Imf Staff Papers,* Washington, v. 46, n. 1, p. 433-466, mar. 1999. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/pdf/rowthorn.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil:* Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TREGENNA, Fiona. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics,* Cambridge, v. 33, n. 3, p. 433-466, maio 2009. Bimestral.

TREGENNA, Fiona. A new theoretical analysis of deindustrialisation. *Cambridge Journal of Economics,* Cambridge, n. 25, p.1-18, jul. 2013. Bimestral.

Sobre a autora

Lisandra Pereira Lamoso: licenciada e bacharel em Geografia pela Unesp de Presidente Prudente (1990), mestre em Geografia pela mesma instituição (1994) e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001). É docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Suas pesquisas têm ênfase em Geografia Humana e Econômica, principalmente sobre os seguintes temas: comércio exterior e estruturas produtivas; mineração e desenvolvimento regional; dinâmicas produtivas no espaço de fronteira; infraestrutura, comércio e serviços na produção do espaço regional.

* * *

ABSTRACT

Industry, deindustrialisation and territory

Deindustrialisation and "reprimarization" concepts are under construction and in this process we can discuss about the contribution they can bring to the understanding about the use of the territory. The overall aim of this paper is to characterize some contributions of the Economic Sciences about industry in the economic development process, emphasizing the contribution of Tregenna, who chooses to rescue the marxist contribution of surplus value for the interpretation of deindustrialization. As a case, we present an essay about the condition of Mato Grosso do Sul, to provide elements for a reflection about the heterogeneity of the phenomenon and its repercussions.

KEYWORDS: economic development, industry, foreign trade, Dutch disease, commodity.

RESUMEN

Industria, desindustrialización y territorio

Los conceptos desindustrialización y reprimarización están en construcción y en el proceso se puede discutir cuál es la contribución que pueden aportar a la comprensión del uso del territorio. Este texto tiene como objetivo presentar algunas aportaciones de las Ciencias Económicas sobre el papel de la industria en el proceso de desarrollo económico, haciendo hincapié en la contribución de Tregenna, que opta por rescatar la contribución marxista de plusvalía para la interpretación de la desindustrialización. Como caso de estudio, se presenta un ensayo sobre la condición de Mato Grosso do Sul, con el objetivo de proporcionar elementos para una reflexión sobre la heterogeneidad del fenómeno y sus repercusiones.

PALABRAS CLAVE: desarrollo económico, industria, comercio exterior, enfermedad holndesa, *commodity*.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg